



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ANTONIA CRISTINA RIBEIRO TANAN
MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CONSELHO ESCOLAR NO CONTEXTO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE DELMIRO GOUVEIA/AL

DELMIRO GOUVEIA, AL

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

2025

ANTONIA CRISTINA RIBEIRO TANAN
MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CONSELHO ESCOLAR NO CONTEXTO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE DELMIRO GOUVEIA/AL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional. .

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

Delmiro Gouveia, AL

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTONIA CRISTINA RIBEIRO TANAN
MARIA SUZIELLE CRISTINA DA SILVA ALVES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CONSELHO ESCOLAR NO CONTEXTO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DELMIRO
GOUVEIA/AL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca examinadora do curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional da Universidade Federal
de Alagoas e aprovada em 29 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente
MARCOS RICARDO DE LIMA
Data: 23/04/2025 11:23:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador – Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima

Banca examinadora: 1



Documento assinado digitalmente
MARCUS SWELL BRANDAO MENEZES
Data: 24/04/2025 11:36:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador/a- Prof. Esp. Marcus Swell Brandão Menezes

RESUMO

Os Conselhos Escolares podem ser considerados como instrumentos de gestão democrática, fazendo parte do cotidiano das instituições de ensino. Desde 2017 há a implantação da gestão democrática nas escolas do município de Delmiro Gouveia, Alagoas. Assim, este artigo apresenta uma reflexão sobre a atuação do Conselho Escolar na gestão democrática. O objetivo geral foi analisar os desafios e possibilidades do Conselho Escolar, no contexto da gestão democrática, a partir da realidade de uma escola municipal em Delmiro Gouveia, Alagoas. Na referida escola, as últimas eleições diretas para compor a equipe gestora e o conselho escolar da escola analisada ocorreram em 2022. Esse órgão colegiado é composto por membros representativos de todos os segmentos da escola, sendo seus encaminhamentos reflexos de decisões coletivas. Assim, tivemos como problemática de investigação: quais os desafios e possibilidades do Conselho Escolar como instrumento de efetivação da gestão democrática? No que diz respeito à metodologia, a pesquisa foi orientada pelos princípios da abordagem qualitativa, tratando-se de um estudo de caso. Os dados coletados foram derivados de revisão bibliográfica, consulta de regimentos, análise documental das atas e observação das reuniões do Conselho. Constatou-se que o Conselho Escolar da instituição pesquisada está atuante na Gestão Democrática, a qual preza por participação efetiva de todos os segmentos escolares nas tomadas de decisões e busca atingir objetivos que envolvam também a comunidade na qual está inserida

Palavras chave: conselho escolar; gestão democrática; estudo de caso.

ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

School councils can be considered as instruments of democratic management, being part of the daily routine of educational institutions. Since 2017, democratic management has been implemented in schools of Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil. Thus, this article presents a reflection on the role of the school council in democratic management. The general objective was to analyze the challenges and possibilities of the school council, in the context of democratic management, based on the reality of a school in Delmiro Gouveia. In this school, the last direct elections to compose the management team and the school council of the institution analyzed took place in 2022. This council is composed of members representing all segments of the school, and its decisions reflect collective decisions. Thus, our research problem was: what are the challenges and possibilities of the school council as an instrument for implementing democratic management? On the methodology, the research was guided by the principles of the qualitative approach, as a case study. The data collected were derived from bibliographic review, consultation of regulations, documentary analysis of minutes and observation of council meetings. It was found that the school council of the institution under study is active in democratic management, which values the effective participation of all school segments in decision-making and seeks to achieve objectives that also involve the community in which it is located.

Keywords: school council; democratic management; case study.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
CE	Conselho Escolar
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Planejamento Político Pedagógico
PTRF	Programa de Transferência de Recursos Financeiros

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	14
2.	O processo histórico para tentativa de efetivação da gestão democrática	15
3.	Conselho Escolar: sua importância para a gestão democrática.....	17
4.	Sobre o Contexto da Pesquisa.....	20
	4.1 Análise das atas das reuniões do Conselho Escolar.....	21
5.	Resultado da Pesquisa.....	23
6.	Considerações Finais.....	23
7.	Referências	25

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar a efetivação das ações referentes ao conselho escolar, em uma escola pública do município de Delmiro Gouveia, AL que trabalha com a gestão democrática. A problemática central desse artigo emergiu a partir de um questionamento, o qual é essencial para a sua construção: quais os desafios e as possibilidades enfrentadas pelo Conselho Escolar no contexto de gestão democrática, dentro dessa instituição de ensino campo de pesquisa? Através do envolvimento dos participantes do C.E., verificar de que forma as ações estão sendo desenvolvidas e investigar se a função do Conselho Escolar está sendo efetivada e qual lugar ocupa o CE na gestão democrática, da referida Instituição.

Quanto aos instrumentos que foram utilizados, durante a coleta de dados, optamos pela observação e análise documental das Atas das Reuniões do Conselho Escolar, Regimento Escolar e Planejamento Político Pedagógico (PPP).

O estudo consistiu em 03 etapas: na primeira foi realizado um estudo bibliográfico; na segunda, um estudo de caso, pelo fato do mesmo contribuir para uma melhor compreensão do objeto de estudo; a terceira etapa foi a análise dos dados coletados a partir dos instrumentos de coleta: observação e análise documental. Nessa última etapa, teve como base a fundamentação teórica, nos quais nos debruçamos durante a pesquisa e a realidade do contexto educacional.

Os procedimentos utilizados, foram visitas a instituição de ensino (duas visitas), com o intuito de apresentar o objetivo da pesquisa à equipe de gestores e em sequência um convite para a participação da mesma e aos demais representantes do Conselho, como sujeitos da referida pesquisa, o qual ocorreu em uma reunião do Conselho Escolar. A pesquisa foi bem aceita pelos membros do Conselho, que cooperaram com o nosso trabalho acadêmico. Foi autorizada a nossa participação em 03 (três) reuniões do Conselho, bem como a tomada de notas, nas quais fizemos as observações. A observação, segundo Marconni e Lakattos (2006, p.192), “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”. Portanto, através da observação podemos ver a atuação dos conselheiros dentro do contexto de uma reunião do Conselho Escolar.

O espaço público das escolas, na contemporaneidade, já foi conquistado por uma legislação, que defende o princípio da gestão democrática participativa. Nos dias atuais, precisamos dar continuidade a esta construção e os conselhos escolares são espaços valiosos para propiciar uma educação política que aprofunde esta ruptura com aquela mentalidade arcaica de gestão dos dias da ditadura Civil-Militar (Lemos. 2013).

Com isso, desenvolvemos os objetivos específico, os quais nos auxiliaram na

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

investigação e análise do projeto, que são eles: 1. Revisitar os conceitos de Gestão Democrática e Participativa de um modo geral e aliada às particularidades da escola analisada; 2. Analisar os principais documentos normativos do Conselho Escolar e como estes são efetivados no cotidiano da instituição; 3. Compreender como acontece a participação efetiva da comunidade escolar e seus representantes nas tomadas de decisões.

2. O PROCESSO HISTÓRICO PARA TENTATIVA DE EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A história da educação no Brasil passou por diversos períodos e conflitos históricos, em que cada situação levantou hipóteses e questionamentos sobre o modelo ideal para a gestão da educação com fins planejados por aqueles atores que protagonizaram essa história política, a fim de encontrar resultados que supram as necessidades do Estado. Muitos desses fatos históricos ficaram marcados e provocaram diversas reformas políticas e educacionais à medida em que aconteciam no Brasil e no mundo, muitas transformações e a educação precisou sempre acompanhar esses modelos de funcionamento. No contexto da década de 1995, foram criados ministérios para diversos segmentos da sociedade brasileira e com a educação não foi diferente, principalmente com a reforma do Estado. A globalização aumentou a competitividade e o Estado passou a exigir cada vez mais resultados da gestão educacional. Foram criados vários modelos de gestão escolar para acompanhar essas transformações, como a Gestão gerencialista-empresarial, que surge a partir da concepção de empresa, estando associada aos ditames empresariais. Na gestão democrático-popular, aconteceu o alargamento dos espaços de decisão das questões escolares e o acolhimento da diversidade de propostas de diversos setores da sociedade. A descentralização do Estado implicou em responsabilizar os governos estaduais e municipais pelos resultados das ações na educação com a falsa ideia de que agora teriam autonomia técnica e financeira para administrar os recursos no campo educacional, sendo que era cobrado um resultado estabelecido pelos órgãos superiores em uma tentativa de acompanhar outros modelos de gestão internacionais, mesmo sem observar de fato a realidade de cada região do nosso país. Apesar de que esses conceitos de gestão democrática, surgiram a partir da década de 90, aqui no Brasil com o intuito de maior envolvimento da sociedade nos trâmites da educação, muitos autores sinalizam que nós temos apenas indícios da gestão democrática nas escolas, pois a concretização efetiva é um processo que ainda está sendo implementado nas secretarias país afora.

É preciso pensar-se nos processos que acontecem diariamente no campo educacional,

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

desde o local até o global, não ficando centrado somente nos resultados a serem atingidos com as reformas de controle do estado. Para Gadotti (2001):

De nada adiantaria uma lei de gestão democrática do ensino público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se o gestor, professores, alunos e demais atores do processo, desconhecem o significado político da autonomia e da democracia participativa. (2001, p.23).

Após a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, iniciaram-se os processos para a implementação da gestão democrática na educação, sendo que a luta para essa efetivação vem acontecendo há décadas com os movimentos sociais, o movimento dos pioneiros da educação, partidos políticos de esquerda. O fato é que a realidade é rodeada de inúmeros fatores políticos que acabam por burlar a efetivação concreta do modelo de gestão democrática na educação, mais especificamente nas escolas públicas do nosso país, pois, segundo Bordignon (2009), afirma:

Na gestão democrática dos conflitos, inerentes à diversidade social, são fatores construtivos, quando negociados e mediados em vista da finalidade comum do todo da educação. É no campo da negociação e mediação entre sociedade e governo, voltados para os interesses coletivos, com visão do todo, que os conselhos encontram sua natureza essencial, seu espaço próprio, sua função precípua. (2009, p.53-54).

Muitas vezes, pela falta de formação dos profissionais que atuam ou até mesmo o poder de decisão e autonomia, são tirados desses profissionais que vivem em uma busca constante de autonomia para o seu fazer pedagógico.

A gestão democrática não é eleição de diretores e coordenadores, mas sim a gestão que busca a participação ativa de toda a comunidade escolar, então é preciso dar ouvidos às opiniões de todos os envolvidos para uma educação de qualidade. As reuniões do Conselho Escolar devem ser divulgadas antecipadamente aos componentes do Conselho e também divulgadas para toda a comunidade, pois a função do conselho não é somente investigar ou ser informado sobre os recursos que entram e saem na escola, mas deve participar de todas as reuniões. Os representantes da comunidade, no caso pais ou responsáveis, não devem ser escolhidos a dedo como aquele parente, a amiga ou até mesmo aquela mãe que trabalha na instituição e que tem seu filho estudando na escola, a não ser que seja escolhida por toda a comunidade junta coletivamente. É necessário que o representante do conselho escolar tenha formação adequada para atuar no cargo, assim não ficará exercendo o papel de concordante de tudo o que for imposto pela gestão quanto aos assuntos da escola e do funcionamento geral do conselho.

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

3. CONSELHO ESCOLAR: SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para compreendermos os conceitos alusivos à Gestão Democrática e Conselho Escolar, se faz necessário, inicialmente, fazermos uma reflexão sobre a Instituição Escolar Pública que apresenta como normas o princípio democrático. Remete-nos a identificar um ambiente promotor de espaços favoráveis à participação coletiva, com diálogos e debates entre os atores sociais envolvidos na comunidade escolar e local.

Vale ressaltar que antes de conceituarmos o Conselho Escolar, vamos salientar as mudanças ocorridas nas formas de gestão da educação pública brasileira, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96):

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II-participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

E no Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014), aponta em uma das suas metas, 19.5:

Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo (BRASIL, 2014).

A partir do exposto, podemos perceber que as regulamentações legais norteiam a formação dos Conselhos Escolares. Segundo Aguiar e Abreu (2013, p.112), o mesmo “constitui um instrumento essencial para a efetivação da gestão democrática, exatamente por fomentar a ampla participação da comunidade interna e local”. Os documentos legais trazem alguns mecanismos que efetivam a gestão democrática e um dos seus pilares é o Conselho Escolar, no qual a participação é primordial para o seu funcionamento e tem como prerrogativa, a ação coletiva. (Junior; Cardoso, 2019). A participação coletiva é um alicerce para a construção das lutas em prol por uma educação de qualidade, como aponta Abreu e Aguiar:

Dentre os caminhos apontados pela LDBEN, o Conselho Escolar constitui um instrumento essencial para a efetivação da gestão democrática, exatamente por fomentar a ampla participação da comunidade interna e local e, também, porque contribui para que a escola se integre à diversidade de instituições, entidades e movimentos sociais em seu entorno (2013, p.112).

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

Em consonância com o documento do Ministério da Educação (MEC) intitulado “Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública” (BRASIL, 2004). O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar: gestores escolares, coordenadores, professores, funcionários, estudantes e seus familiares. E nesse contexto podemos considerar o Conselho, como um espaço no qual ações políticas podem e devem ser articuladas. O referido documento aponta que a “composição dos Conselhos precisa representar a diversidade, a pluralidade das vozes de sua comunidade” (2004, p.47).

O Conselho Escolar é um mecanismo de representação de interesses da comunidade escolar e local, só que ainda não em sua totalidade de forma autônoma e sim vinculada por instâncias maiores, as quais a escola é subordinada (BRASIL, 2004). Apesar de seguir os documentos oficiais, as instituições de ensino não conseguem ser autônomas por completo. Como destaca, Almeida e Franco (2016, p. 22).

A legislação brasileira reafirma a necessidade de uma escola autônoma, que ressalte a importância dos profissionais de educação e da comunidade escolar na participação em Conselhos Escolares ou equivalentes, estimulando a autonomia da escola.

De acordo com os referidos autores, para efetivação dessa autonomia foram criadas algumas fontes de recursos financeiros, entre as quais, o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) oriundo do Governo Federal e o PTRF (Programa de Transferência de Recursos Financeiros), este repassado pelo Município. Esses recursos, ao chegar nas escolas possibilita a autonomia gerencial das mesmas e o trabalho descentralizado da gestão aplicado nas necessidades maiores que houver nas instituições e isso pressupõe a participação coletiva através dos Conselhos Escolares (Almeida, Franco, 2016). Nessa perspectiva, os Conselhos Escolares representam mecanismos de ampliação da capacidade decisória dos envolvidos no processo, comunidade escolar local e ao mesmo tempo, favorecem à formação política dos atores sociais e pode ser definido como, “espaço privilegiado para a construção da cidadania através de uma prática de conscientização” (Camargo, 1997, p.29, apud Drabach; Sousa, 2014, p. 233). Nesse contexto, a democratização pode ser efetivada, visto que os sujeitos envolvidos no processo, ao tomarem consciência do seu poder de decisão e cooperação, passam a efetuar ações que beneficiam a gestão democrática. A escola nos dias atuais, não comporta mais ter como autoridade de decisões, só um corpo diretivo, em que as tomadas de decisões são centralizadas na figura exclusiva do diretor (Paro, 2001).

Portanto, para desconstruir essa ideia de poder centralizado, faz-se necessário que, “Os diversos mecanismos de controle social da instituição escolar são importantes para o

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

rompimento de práticas que centralizam a equipe gestora que tem o poder de decidir as ações da escola a partir de seu projeto político-pedagógico” (Silva & Silva; Santos, 2016, p.544).

Sendo o PPP um documento de construção coletiva de todos os membros da escola e comunidade é instrumento eficaz para medidas coletivas, de participação e decisões. De acordo com Paro (2001, p.80), “uma nova ética que desautorize a atual configuração autoritária da escola”. É imprescindível para a transformação dessa consciência de poder, dar “voz e vez” ao sujeito coletivo (Souza, 2009).

A formação continuada dos profissionais que atuam nas instituições é imprescindível para a transformação das relações sociais nas escolas, pois quanto mais qualificado profissionalmente forem os atores envolvidos no processo educacional, melhores serão os resultados da educação, sendo assim, a democratização é estabelecida em uma ação conjunta com todos os atores sociais e desse modo, formar um colegiado forte, atuante em prol da educação de qualidade e possibilitar diálogos, entre a comunidade escolar e local (Gomes e Andrade, 2009).

Nesse viés, podemos perceber, como a união de vários segmentos, favorecem o modelo de gestão democrática, no que tange, a efetivação dos princípios defendidos pela referida gestão, como a descentralização, a participação e autonomia. (Silva & Silva; Santos, 2016).

Nesse processo de atuação coletiva, inevitavelmente ocorrerão contradições, embates, mas que favorecerão o diálogo, fomentando a busca de meios que construam medidas e alternativas com o objetivo de solucionar os problemas existentes. Nessa perspectiva, o Conselho Escolar é considerado, de acordo com Camargo (1997), *apud* Drabach e Souza(2014): “Como espaço público privilegiado, onde as tensões e conflitos à respeito das questões educacionais podem surgir, mas ao mesmo tempo é um espaço institucional com capacidade de articular soluções locais possíveis” (2014, p.234).

Outros fatores preponderantes que podemos destacar, como efetivação das ações do Conselho Escolar, para além da construção da autonomia Escolar e descentralização das tomadas de decisões, é que o mesmo oportuniza a aproximação da família com a escola. A participação ativa da família no contexto escolar, através dos Conselhos é uma maneira de atribuir e fortalecer ações que também são inerentes ao Colegiado. Ações estas que tanto no âmbito escolar como na comunidade local podem ser aplicadas, como o combate à evasão escolar, busca de melhorias da qualidade de ensino, promover o engajamento dos pais nos projetos que são ofertados pela escola. Considerando que:

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

A presença de pais na escola é outro mecanismo de defesa por uma educação de qualidade com a visão de atores que não estão no dia a dia, dentro da escola, mas que tem interesse na oferta de uma educação com oportunidade para todos (Silva & Silva; Santos 2016, p.545).

Desse modo podemos inferir que os Conselhos Escolares passam a funcionar como processo educacional e nas ações pedagógicas de maneira participativa. Nesse viés “o Conselho Escolar é retratado como órgão associado à gestão da escola, atendendo características de um instrumento consultivo, decisório e mobilizador” (Oliveira; Ribeiro, 2018, p.591).

Nesse sentido, o Conselho Escolar se constitui em uma alternativa de modificações da realidade e abarca o comprometimento dos sujeitos coletivos. Sua importância na transformação de atitudes dá-se porque, “assim, gestores, pais, professores, profissionais da educação, alunos, comunidade local formam um conjunto sólido para planejar, vivenciar e avaliar ações para o cotidiano escolar” (Silva & Silva; Santos, 2016, p.544).

O Conselho Escolar poderá fomentar a transformação de um modelo educacional que deixa de ser gerencial e passa a ter como base a democracia, aberto à valorização da educação e exercício da cidadania.

4. SOBRE O CONTEXTO DA PESQUISA

Para análise dos documentos referentes ao Conselho Escolar e a Gestão Democrática escolhemos uma instituição de ensino municipal, que pertence ao município de Delmiro Gouveia, AL. A escolha desse contexto, deu-se por observações realizadas na referida escola, para realização de atividades de disciplinas da especialização em Gestão Educacional, pela Universidade Federal de Alagoas. Percebemos durante essas observações, a importância da escola para a comunidade, na qual está inserida, pois já atende há 30 anos, como instituição escolar.

No que diz respeito, à instituição escolar, locus da referida pesquisa, inicialmente, ressaltaremos alguns aspectos alusivos à eleição para a gestão democrática, a qual foi efetivada no município de Delmiro Gouveia. A implantação da Gestão Democrática ocorreu por meio da lei nº 1192 de 17 de julho de 2017, que: “Dispõe sobre a implantação da Gestão Democrática na Rede Pública Municipal de Ensino de Delmiro Gouveia, adotando o sistema eletivo, mediante voto direto para a escolha de conselheiros escolares, Diretores e Diretoras- Adjuntos das Instituições de Ensino do Município de Delmiro Gouveia e dá outras providências”. Essa referida Lei, propõe como fundamentos a autonomia, a participação e a construção partilhada

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

das decisões, por meio de preceitos que vão desde a autonomia e participação da comunidade escolar, até à valorização dos profissionais de educação e melhoria da qualidade de ensino.

As eleições, para membros do Conselho Escolar, Diretores e Diretores adjuntos, biênio 2022/2024 ocorreu respectivamente, no dia 26 de abril de 2022, na instituição escolar e a posse ocorreu dia 9 de setembro de 2022. A escola destaca em seu PPP (Projeto Político Pedagógico), a importância do Conselho Escolar em uma Gestão Democrática, e está relacionada a participação de todos os setores escolares nas tomadas de decisões, referentes a unidade de ensino.

4.1. Análise Das Atas Das Reuniões Do Conselho Escolar

Na rede pública municipal da cidade de Delmiro Gouveia, situada no Estado de Alagoas, foi implantada a Gestão Democrática, instituída pela Lei nº 1192, de 17 de julho de 2017. A referida Lei, traz como um dos princípios para a efetivação da Gestão Democrática, nas escolas municipais, a Formação de Conselhos Escolares, que tem como um dos seus objetivos principais, a participação efetiva de todos os segmentos do âmbito escolar.

De acordo às Atas analisadas, na instituição escolar, campo da pesquisa, foram 08 Atas disponibilizadas, referentes ao Biênio 2022/2024. O Conselho Escolar da referida Instituição, teve sua criação no Ano de 2022, através de eleições diretas com 02(duas) chapas concorrendo ao pleito, como podemos verificar na análise da Ata nº 01.

A importância da formação do Conselho Escolar na instituição, deu-se para atender aos requisitos da Lei Municipal 1192/2017, a qual implanta a Gestão Democrática em sua rede de ensino. O Conselho Escolar contribui para organização institucional, por meio da participação dos membros dos segmentos, que a compõem, e em especial das tomadas de decisões, sendo dessa forma efetivada a descentralização do poder.

O que podemos constatar por meio de análise das Atas, a presidência é ocupada pela figura do Diretor escolar. Assim que surgem situações emergenciais, como conflitos entre alunos, ou entre professores e alunos, entre pais, são convocados os conselheiros para as reuniões, independente do período estabelecido para as mesmas, o qual é de duas (02) reuniões mensais. As deliberações ocorrem para definições de questões organizacionais, financeiras, pedagógicas, com vistas a acompanhar e fiscalizar todos os processos inerentes ao contexto escolar. No aspecto de questões de organização e práticas políticas, pedagógicas e administrativas os conselheiros acompanham e opinam dentro das limitações de sua atuação.

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

Ficou evidente a participação coletiva nas decisões financeiras, através das prestações de contas das verbas recebidas pela instituição, atendendo o princípio de transparência.

No que tange, a capacitação dos conselheiros, com o intuito de promover maior engajamento na participação dos membros, é um fator de destaque na análise. Como também, a palestra com a psicóloga especializada em questões familiares, que trouxe contribuições na roda de conversa de forma a aproximar e integrar família – escola- comunidade.

Vale ressaltar, que na análise podemos perceber que o Conselho Escolar, participou da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Apesar dos avanços na efetividade nas funções deliberativas do Conselho Escolar analisado, o qual abarca as características de instrumento consultivo, decisório e mobilizador (Oliveira; Ribeiro, 2018), algumas lacunas foram evidenciadas, como, não ocorrem reuniões a cada 15 dias, como está previsto no Regimento Escolar da instituição e falta de divulgação dessas reuniões em local visível à toda comunidade escolar, de forma a terem conhecimento das datas das reuniões e a pauta das mesmas.

Nas reuniões foi observado a participação dos conselheiros, no que tange às tomadas de decisões. Podemos observar que os mesmos opinam sobre as demandas, partilham das tomadas de decisões, mas não trazem reivindicações e elementos novos pra os debates, os quais possibilitariam a articulação de argumentos e opiniões, de maneira diversificada.

Pontos Destacados na Análise:

Eleições: Ocorrem a cada 02 anos.

COMPOSIÇÃO: 04 segmentos: Professor, Aluno, Funcionários, País.

Cada segmento tem 04 membros representantes.

PRESIDENTE: Diretor (a) da Escola.

TEMAS DELIBERADOS:

- ✓ - Ocorrência de agressões de alunos contra professores, alunos contra alunos, discussões entre pais de alunos e principalmente quando essas discussões chegam até ao conhecimento do Conselho Tutelar e da Secretaria de Educação;
- ✓ - Questões referentes, aos recursos financeiros, PDDE e PNME;
- ✓ Questões de infraestrutura: reformas da escola, aquisição de materiais, bebedouros, materiais tecnológicos e pedagógicos;
- ✓ Reunião para a Formação de Conselheiros, com objetivo de demonstrar a importância do Conselho Escolar, definir deveres e direitos e estimular a participação;

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

- ✓ Reunião com os Conselheiros, para a participação dos mesmos no Programa: Educação e Família;
- ✓ Reunião para Apresentação da Comissão Eleitoral, do Conselho Escolar e inscrição dos candidatos ao Conselho;
- ✓ Explicação sobre a importância do CE e o incentivo à participação. Em especial da comunidade local;
- ✓ Reunião para apresentação dos resultados das eleições do Conselho e explicação sobre o total de votos de cada segmento;
- ✓ Reunião de Posse dos Conselheiros pela Diretora, Biênio 2024/ 2026;
- ✓ Reunião para Apresentação dos candidatos à Gestão Democrática, Biênio 2024/2026;
- ✓ Reunião para apresentar os resultados da eleição da gestão democrática; Apresentação dos novos gestores.
- ✓ Prestação de contas com os recursos do PDDE e PNME.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

Diante do levantamento bibliográfico dos textos, base das reflexões e das legislações analisadas: LBD, PNE, CE, ATAS, PPP. Podemos constatar que, apesar da Gestão Democrática ainda ser uma realidade um pouco distante na educação pública brasileira, na escola analisada está sendo efetivada a gestão democrática e através desta o Conselho Escolar, está constituído como ferramenta essencial, para discussões e participações da comunidade escolar e local. Cada segmento traz suas opiniões sobre os temas deliberado; realiza o papel de investigador e executor, para a melhoria das condições da educação com qualidade, para a Instituição como um todo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, tivemos o objetivo de analisar, como estão sendo implementadas as ações do Conselho Escolar, em uma escola pública do município de Delmiro Gouveia e com isso a efetivação da gestão democrática. Partimos do pressuposto, de que o Conselho Escolar e suas ações contribuem diretamente, para a melhoria da qualidade do ensino e desenvolvimento pessoal, de todos os envolvidos no processo educacional das instituições. Os dados analisados, na pesquisa bibliográfica e nas Atas de reuniões do Conselho Escolar,

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

evidenciam o desenvolvimento de uma gestão democrática na instituição de ensino, onde são realizadas tanto as eleições para conselheiros, quanto reuniões periodicamente, para tratar de assuntos relevantes, referentes ao funcionamento da educação na instituição, com a participação ativa da comunidade escolar e local dentro do Conselho Escolar. Com isso entendemos que, o processo de melhoria da qualidade da educação no Brasil tem o seu processo histórico passando por diversos embates, lutas, concepções de diversos autores e legislações, até os dias atuais. A efetivação do modelo de gestão democrática aos poucos está sendo implementado nas escolas do país.

No que tange os resultados encontrados, a realização da presente pesquisa possibilitou-nos uma reflexão, pois foi permeada pelo diálogo entre teorias e práticas vivenciadas no transcorrer da mesma. Ampliando assim, os horizontes, como profissionais da educação e em especial, na oportunidade em relacionar o aprendizado adquirido com este trabalho e as concepções de gestão democrática e Conselho Escolar, atribuídas pela escola no contexto contemporâneo.

7. REFERÊNCIAS:

- AGUIAR, C. M.S.; ABREU, R. S.P. do N. Fórum Municipal de Conselhos Escolares de Fortaleza: tessituras reflexivas e a dinâmica para o fortalecimento da gestão democrática. In: VASCONCELOS, F. H.L.; *et. al.*(orgs.). **Conselho Escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p.103-123.
- ALMEIDA, S.C. de; FRANCO, E.K. Administração dos Recursos Financeiros no Contexto da Gestão Democrática. **Revista de Administração Educacional**. Recife, V.1. n.º2. jul./dez, 2016.
- BORDIGNON, G. **Gestão e Educação no Município: sistemas, conselho e plano**. Editora do Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [https:// www.planalto.gov.br/](https://www.planalto.gov.br/) .Acesso em 22/12/2024.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Lei nº 9.394/96**. 01 de 1. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.mec.gov.br Acesso em: 22/12/2024.
- _____. **Lei 13. 005.de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília-DF: novembro de 2004b. Disponível em [https:// portal. mec.gov.br/ seb/arquivos/ pdf/ consesco/ ce cad2.pdf](https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/consesco/cecad2.pdf). Acesso em: 12/12/2024.
- CAMARGO, R. B. Gestão Democrática e Nova Qualidade do Ensino: o conselho de escola e o projeto da interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992).1997, p.370.Tese (**Doutorado** em Educação) - Programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- DELMIRO GOUVEIA. **Conselhos Escolares-** Decreto n.006/2018, de 20 de fevereiro de 2018. Delmiro Gouveia/AL.
- DELMIRO GOUVEIA. **Gestão Democrática**. Lei n.1192, de 17 de julho de 2017. Delmiro Gouveia/ AL.
- DRABACH, N.P.; SOUZA, A.R. de. Leituras Sobre a Gestão Democrática e o “Gerencialismo” na/ da Educação no Brasil. **Revista Pedagógica/** Chapecó, V.16.n.33, 2014.
- GADOTTI, M. **Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito**. 12 edição- São Paulo, p.591. Cortez, 2001.

*Por motivos éticos optamos por preservar o nome da escola e a identificação dos membros do conselho escolar.

- GOMES, A.; ANDRADE de E. O Discurso da Gestão Escolar Democrática: o conselho escolar em foco. **Educação e Realidade**.V.34, N.01, Porto Alegre. JAN/ABRIL,2008.
- JÚNIOR, C.A.D.; CARDOSO, P.P. dos S. Os Conselhos Escolares Como Estratégias Para o Fortalecimento da Democracia no Espaço da Escola. Revista **Administração Educacional**. - CE-UFPE Recife- PE, V.10, N.1, p.69-81, JAN/JUN,2019.
- LEMOES, E. E. da. A Construção da Gestão Democrática Participativa: aspectos históricos e o conselho escolar. In: VASCONCELOS, F.H.L.; *et.al.*(orgs.) **Conselho Escolar: processos, mobilização, formação e tecnologia**. Fortaleza: Edições UFC,2013. p.103-123.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execuções de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretações de dados**. 6^a Ed. São Paulo: 2006.
- PARO, V.H. **Escritos Sobre a Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- RIBEIRO, M.P.; OLIVEIRA, T.R.B. Por um Conselho Escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista on line de Política e Gestão In Educacional**. Araraquara, V.22, n.02.MAIO/ AGO. p.588-60, 2018.
- SILVA, G. da.; SILVA, A.V. da.; SANTOS, I. M. dos. Concepções de Gestão Escolar Pós LDB: o gerencialismo e a gestão democrática. **Revista Retratos Da Escola**. Brasília. V.10(n.19). JUL/DEZ. p.533-549, 2016.
- SOUZA, Â.R. de. Conselho da Escola: funções, problemas e perspectivas na gestão escolar democrática. **Perspectiva**. Florianópolis, V.27, n.1.JAN/JUN.p.273-294, 2009.
- VARGAS, A. L. S. A Gestão Democrática Na Escola Municipal: O conselho escolar em questão. 2018.